

## D. DINIS: O REI, A LÍNGUA E O REINO \*

JORGE A. OSÓRIO

D. Dinis ocupou o trono de Portugal entre 1275 e 1325, isto é, nas duas últimas décadas do séc. XIII e nas duas primeiras do séc. XIV. Importa fazer esta observação, não porque se devam considerar os séculos como entidades cronológicas ontologicamente definíveis em História, mas porque, sendo tradicional utilizarmos esse termo para procedermos à interpretação do passado, devemos acentuar, no caso presente, aqueles factores que, de alguma maneira, caracterizaram o reinado dionisino nos limites temporais que foram indicados em cima. Isto é, essas décadas de reinado — e foi um longo reinado de meio século — correspondem a um tempo importante no enquadramento histórico do recente reino de Portugal, definido — esse enquadramento — a montante pelos trinta anos de exercício do poder por D. Afonso III, imposto por decisão papal como substituto de D. Sancho II, e a jusante pelo reinado de D. Afonso IV, marcado, na parte final, pela morte de Inês de Castro.

Trata-se não de uma «longa duração» no sentido de Fernand Braudel, mas de um tempo que determina, de forma decisiva, os principais factores que delinearão a evolução medieval do Estado português, pelo menos até à instalação no poder da nova dinastia de Avis, no início do séc. xv. Talvez valha a pena atentar um pouco nestes aspectos.

No presente histórico que é o nosso, relacionamos primordialmente a personalidade de D. Dinis com dois factos: a instituição da Universidade portuguesa em 1290 e uma actividade poética documentada em dois dos *cancioneiros* conhecidos da poesia galego-portuguesa. O que normalmente não fazemos é articular essas duas realidades com a figura política do rei, na perspectiva da maneira como exerceu o poder e da orientação que imprimiu aos seus actos políticos. E, no

---

\* Apresentado no Seminário de Verão — 1992: «Valores da Lusitanidade».

entanto, não deveríamos separar de forma muito radical essas facetas, visto que todas elas se juntam e articulam com a personalidade do grande monarca que foi D. Dinis.

Não se pode dizer que o reinado de D. Dinis tenha sido fácil. As relações turbulentas com o infante D. Afonso, herdeiro do trono, e com as facções da nobreza que o apoiaram constituíram motivo de perturbação política e social que assinalou a parte final do seu reinado. Mas no início também não foi pacífica a vida política, na medida em que D. Dinis teve de fazer face a uma situação marcada pelo desinteresse que D. Afonso III, nos seus últimos anos, manifestou pelas coisas da administração, por causa da doença, o que gerou a ausência do exercício da autoridade régia em diversos pontos do país, onde o banditismo proliferou<sup>1</sup>. Por isso, os cronistas posteriores, como Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão, no séc. XVI, não deixariam de sublinhar a intervenção decidida de D. Dinis no combate à delinquência em zonas como a serra da Mendiga, Alpedrinha e o monte Açor, acentuando esse aspecto importante da autoridade régia que consistia em fazer-se aplicar e respeitar.

Essa parte inicial do reinado dionisino ficou deste modo marcada por querelas com o infante D. Afonso, seu irmão, que havia recebido de D. Afonso III o senhorio de Portalegre, Marvão, Arronches e Castelo de Vide, na região da Beira Baixa e Alto Alentejo. O que importa aqui destacar é que a actuação política de D. Dinis consistiu precisamente em procurar afirmar sempre a primazia do poder régio, evitando que se formassem senhorios demasiado poderosos no interior do reino, os quais, de uma maneira ou de outra, pudessem concorrer com o rei em força e poder político, mais a mais tendo em conta as relações de algumas famílias portuguesas com a nobreza castelhana<sup>2</sup>. Ora, como nota um historiador moderno, «O que estava em causa para o nosso monarca não era o reconhecimento dos direitos senhoriais do irmão, mas o justo receio de que, com base nos castelos do Alentejo, este viesse a criar problemas à integridade do Reino», que o Tratado de Alcanices viria a definir<sup>3</sup>.

Trata-se de uma faceta fundamental da figura política de D. Dinis, que o destaca como um monarca que procura assegurar uma concepção do reino já em moldes que o aproximam de um Estado organizado. É nesse quadro que se devem entender as razões profundas

---

<sup>1</sup> PINA (1977), p. 222; LEÃO (1975), p. 226.

<sup>2</sup> SERRÃO (1977), p. 247-248.

<sup>3</sup> SERRÃO (1977), p. 249.

dos descentendimentos havidos mais tarde com o próprio filho herdeiro do trono, o futuro D. Afonso IV. O litígio atingiu tais proporções e significado político que a tradição envolveu numa visão milagrosa a intervenção mediadora que a rainha D. Isabel então terá desenvolvido entre os dois partidos.

Em termos de perspectivas históricas, porém, essa dura luta política oferece largas coincidências com o que sucedeu a seu avô materno, Afonso X de Castela, cujo paralelismo tem sido muitas vezes evocado. De facto, também Afonso X se viu a braços com a animosidade de uma parte significativa da fidalguia castelhana, aliada do futuro Sancho IV, numa guerra que no fundo denunciava a crescente afirmação do poder régio <sup>4</sup>.

Como já ficou referido em cima, o reinado dionisino foi suficientemente longo para que o monarca português pudesse concretizar uma sequência de iniciativas e de actos políticos que permitiram fixar e institucionalizar alguns dos aspectos fundamentais do país nos 700 anos seguintes. Em termos de política externa há que destacar a assinatura do Tratado de Alcanices em 1297; em termos de política interna, o impulso dado a aspectos do desenvolvimento económico do reino, a criação dos Estudos Gerais em 1290, a nacionalização da Ordens militares, com a criação da Ordem de Cristo, o lançamento das bases de uma verdadeira administração interna contextualizada pela difusão crescente da influência do direito romano, que será factor fundamental para a estruturação do Estado e para o progressivo afastamento de uma configuração estritamente senhorial, como se tornará mais evidente no séc. XV.

O Tratado de Alcanices, assinado em 12 de Setembro de 1297, permitiu consolidar a independência do Reino, mediante a paz celebrada com Castela, por sua vez tornada possível depois da morte, em 1295, de Sancho IV, que seguira uma política agressiva contra o monarca português, distinta da que adoptara Afonso X <sup>5</sup>. Em resposta às sucessivas incursões castelhanas no seu território, D. Dinis optou também pela ofensiva, entrando em Castela. É provável que tenha sido por intervenção da rainha D. Isabel, de origem aragonesa, que foi possível estabelecer o tratado de paz assinado em Alcanices

---

<sup>4</sup> MATTOSO (1987), «As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio», p. 73s.

<sup>5</sup> Note-se que Afonso X o Sábio apoiou D. Sancho II quando Roma, por influência de membros do clero português, impôs a sua substituição no trono: MATTOSO (1987), p. 73s.

pelas duas famílias reais, o qual assegurava uma tranquilidade na fronteira oriental das Beiras e do Alentejo por quarenta anos. O acordo ficava garantido, entre outras medidas, pelo casamento do infante D. Afonso, herdeiro do trono, com D. Beatriz de Castela, e de Fernando IV de Castela com a infanta D. Constança, filha de D. Dinis. Estamos dentro da linguagem da política externa dos potentados medievais. Mas por este meio o rei português alcançava a possibilidade de sossegar uma zona de instabilidade no território do seu Reino, que ele ainda entendia como senhorio seu. E na verdade as fronteiras estabelecidas em Alcanices entre Castela e Portugal iriam permanecer praticamente inalteradas até aos nossos dias. Desse modo também se criavam as condições de que o reino iria usufruir nas décadas seguintes, permitindo uma evolução interna no sentido da estruturação do Estado e externa através do aumento da complexidade das relações com outros países e outras potências <sup>6</sup>, em articulação com um desenvolvimento económico e social que emergirá na passagem do séc. XIV para o séc. XV.

Internamente, porém, as tensões políticas não estavam resolvidas. Entre 1319 e 1324 desencadeia-se a guerra civil entre o rei e o herdeiro do trono, o futuro D. Afonso IV, «a mais prolongada e violenta desde as lutas que ensanguentaram a sucessão de Sancho II até à revolução de 1383» <sup>7</sup>. Tratou-se de uma oposição violenta motivada directamente pelo valimento que D. Dinis concedia a esse outro filho bastardo D. Afonso Sanches, a qual no fundo reflecte as ondas de choque que produziam na sociedade medieval os movimentos de avanço da centralização crescente do poder régio. Como se aludiu, algo de semelhante sucedera já na década de 1280 com os litígios entre o próprio D. Dinis e seu irmão o infante D. Afonso e idêntica situação experimentara Afonso X com o herdeiro do trono castelhano, Sancho IV. O fenómeno tem, pois, um significado mais geral e profundo e manifesta, na linguagem violenta da política guerreira medieval, as reacções de parte das famílias de uma aristocracia mais antiga, ciosa de direitos que não queria ver absorvidos por um senhor régio, que se fazia intérprete de legitimidades que lhes custava aceitar. Ora esta política passava pelo constante cuidado do rei em afirmar e defender os direitos régios, o que implicava limitar as honras e os direitos senhoriais <sup>8</sup>.

<sup>6</sup> MARQUES (1987), p. 39s.

<sup>7</sup> MATTOSO (1985), «A Guerra Civil de 1319-1324», p. 293.

<sup>8</sup> MATTOSO (1985) fala mesmo em «agressividade do rei contra a nobreza senhorial», claramente evidenciada nas inquirições, p. 295.

Este movimento deve ser visto na sua sequência histórica. D. Afonso III seguiu uma estratégia de domesticação da fidalguia, favorecendo uma nobreza de corte, submissa e fiel, aspecto com que de certeza se devem relacionar tanto o impulso dado ao cultivo da poesia galego-portuguesa, agora cada vez mais acolhida na corte do rei, ao invés do que sucedera até então, como a tradução para português da *Demanda do Santo Graal*<sup>9</sup>, toda ela imbuída de dimensões doutrinárias das quais a menor não terá sido certamente o exemplo da corte arturiana, onde o rei aparecia servido por uma aristocracia guerreira submissa. Mas o que se torna interessante notar aqui é que, se em 1319 o infante D. Afonso incluía no seu grupo de apoiantes elementos da fidalguia de corte, da segunda ou terceira nobreza e sobretudo filhos segundos ou bastardos<sup>10</sup>, nomeadamente da área a norte do Mondego, D. Dinis aparece-nos buscando o apoio dos concelhos por um lado e, por outro, de alguns elementos de uma fidalguia menor, mas que tem a característica de se centrar na área de Lisboa<sup>11</sup>. No entanto há que notar que muitos membros da nobreza guardaram uma prudente neutralidade. É que o que estava em jogo era «aceitar ou não a centralização política»<sup>12</sup>.

Se juntarmos a isto a insistência com que D. Dinis havia procedido às inquirições nas áreas de inserção da nobreza mais tradicional, às Beiras e Trás-os-Montes, teremos definidos os traços mais marcantes de uma monarca que busca afirmar a sua vontade política, dando voz também a novas forças políticas e sociais que entretanto — mormente na sequência da política de desenvolvimento económico levada a cabo já D. Afonso III — se vinham afirmando.

Começemos por observar a sua produção poética.

O *corpus* poético de D. Dinis ficou conservado nos dois cancioneiros galego-portugueses copiados em Itália no início do séc. XVI<sup>13</sup>, conhecidos como *Cancioneiro da Vaticana* e *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Embora recentemente tenha sido encontrado um fólio de pergaminho com fragmentos de sete *cantigas de amor* de D. Dinis, com notação musical, sem que ainda se tenha determinado qual a sua origem — isto é, se pertence a uma colectânea individual do rei

<sup>9</sup> CASTRO (1983), p. 91s.

<sup>10</sup> MATTOSO (1985), p. 301.

<sup>11</sup> MATTOSO (1985), p. 302. Este autor comenta: «Dir-se-ia que a luta se trava entre o país senhorial e o país concelhio», p. 304.

<sup>12</sup> MATTOSO (1985), p. 307.

<sup>13</sup> FERRARI (1979), p. 27s.

ou se não será uma folha de um cancioneiro colectivo <sup>14</sup> —, o certo é que nem a produção de D. Dinis nem as dos seus dois outros filhos poetas, D. Afonso Sanches e D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, foram inseridas no mais antigo conjunto de poesia galego-portuguesa, o *Cancioneiro da Ajuda*, que reflecte uma primeira fase compilatória da lírica profana de corte escrita em galego-português. Nessa primeira fase compilaram-se essencialmente as *cantigas* de cavaleiros portugueses activos no Centro e Oriente peninsulares até cerca de 1230-50 <sup>15</sup>. Nessa primitiva organização os textos foram distribuídos de acordo com um esquema que dividia as composições nos três géneros conhecidos por *cantiga de amor*, *cantiga de amigo* e *cantiga de escárnio* e, dentro de cada um deles, segundo a ordem cronológica dos seus autores. Tratava-se, por conseguinte, de um trabalho ordenado, que implicava a recolha prévia de cópias originais, fossem de autores individuais, fossem de conjuntos mais gerais <sup>16</sup>. Ficaram fora desse «cancioneiro» muitas composições, entre elas um conjunto de poesias de autoria de galegos <sup>17</sup> (trovadores e jograis), bem como de trovadores que exerceram a sua actividade poética na parte final de D. Afonso III e ainda em tempos de D. Dinis <sup>18</sup>. Esta situação obrigou a que, numa segunda fase da compilação, agora já bem próxima do fim da primeira metade do séc. XIII, fosse necessário incluir na colectânea outros autores, o que provocou perturbações que, desde o *Livro das Cantigas* do Conde D. Pedro, se foram transmitindo e agravando até às duas cópias quinhentistas de CV e CBN.

Trata-se de uma situação extremamente complexa, que tem estimulado a erudição e a investigação actuais, mas que, em termos de hábitos de criação e de transmissão dos textos literários medievais, nada tinha de anormal.

O que importa assinalar é que a poesia de D. Dinis foi recolhida num cancioneiro individual. Aliás os dois cancioneiros individuais que de certeza existiram no seio da poesia galego-portuguesa foram precisamente dos dois reis poetas: Afonso X e seu neto D. Dinis. É bem provável que, para além de outras motivações, como por exemplo a preocupação de juntar e guardar as poesias que haviam celebrado a actividade cultural cortês de membros da aristocracia, ou, pelo menos,

<sup>14</sup> SHARRER (1991), p. 13s.; GONÇALVES (1991), p. 19.

<sup>15</sup> OLIVEIRA (1988), p. 694.

<sup>16</sup> TAVANI (1980), p. 25s.

<sup>17</sup> OLIVEIRA (1987), p. 5.

<sup>18</sup> OLIVEIRA (1989), p. 30.

de certas famílias fidalgas desde finais do séc. XII a finais do séc. XIII, tenha sido o exemplo dos cancioneiros régios a incentivar a tarefa de recopilar a produção geral em galego-português, numa colectânea que D. Carolina Michaëlis denominou de «cancioneiro geral» medieval e de que a cópia de parte da sua versão mais antiga é o CA.

No caso dionisino, a existência desse cancioneiro individual é atestada por testemunhos externos como a indicação de «o liuro das trouas d el rey dom denjs» constante «dos liuros de lingoaJem do claro rey dom duarte»<sup>19</sup>, e pela tradição cronística que se fez eco da existência de um cancioneiro de D. Dinis, se bem que de modo impreciso<sup>20</sup>. Mas o melhor testemunho desse cancioneiro é sem dúvida a maneira como as poesias de D. Dinis se encontram distribuídas nos dois cancioneiros CBN e CV, ou seja, o lugar que ocupam e a sequência que têm nesses dois apógrafos italianos.

Ambos os códices citados introduzem as *cantigas de amor* do monarca português mediante a epígrafe «El Rey dom Denis» (CBN), logo a seguir às *cantigas de escárnio* de seu avô Afonso X de Castela<sup>21</sup>. Estamos no interior da parte respeitante às *cantigas de amor*, ou seja, aquele sector do cancioneiro galego-português que corresponde ao canto enunciado na primeira pessoa masculina, segundo a definição da «poética» constante de CBN. Ora as *cantigas de amigo* de D. Dinis, ou seja os cantos enunciados na voz feminina segundo a definição da mesma «arte poética», seguem-se de imediato, anunciadas pela epígrafe «Enesta ffolha adeante sse começã as cãtigas da migo q o muy Nobre Dom denis Rey de Portugal ffez» (CBN). Significa isto que, numa segunda fase da recopilação, o cancioneiro individual de D. Dinis foi inserido em bloco, sem respeito pela distribuição adoptada inicialmente para organizar o cancioneiro geral. Só o conjunto das suas poesias satíricas, as *cantigas de escárnio e maldizer*, conservadas unicamente em CBN, foi separado do corpo inicial e inserido correctamente na terceira parte, referente à poesia satírica. Provavelmente tudo isto sucedeu quando se organizou o *Livro das Cantigas* que o Conde

<sup>19</sup> D. DUARTE (1982), p. 207.

<sup>20</sup> Rui Pina não alude à actividade poética de D. Dinis; mas Duarte Nunes de Leão diz que foi «grande trouador e quasi o primeiro que na lingoa Portuguesa sabemos screuer versos, o que elle, e os daquelle tempo começarão fazer aa imitação dos Arnuernos e Prouençaes, segundo vimos per hum cancioneiro seu, que em Roma se achou, em tempo del Rei D. Joam .III. e per outro, que stá na Torre do Tombo, de lououros da Virgem nossa Senhora» (LEÃO (1975), p. 236).

<sup>21</sup> Em CBN uma folha em branco separa os dois «cancioneiros».

de Barcelos deixava em testamento, em 1350, a Afonso XI de Castela <sup>22</sup>.

A produção trovadoresca de D. Dinis é a mais volumosa que se conservou em galego-português, se excluirmos as cerca de quatrocentas *cantigas* marianas de seu avô. Mas não é só a quantidade que assinala a natureza deste cancioneiro régio; também a variedade de situações e de temas que o rei procurou explorar, como que a querer indiciar que a língua vulgar utilizada no canto cortês usufruía de suficiente dignidade para que o exercício do dizer poético pudesse constituir uma marca identificadora da corte do rei e, por conseguinte, do seu Reino e senhorio.

Em 1894 Henry R. Lang editou o «Livro das poesias do rei D. Dinis de Portugal», num total de 138 poemas, incluindo todavia nesse conjunto uma «cantiga de amor» que a investigação posterior tem considerado não se tratar de composição da escola galego-portuguesa, mas antes de um exemplo daquelas interpolações posteriores que entraram nos apógrafos italianos <sup>23</sup>, preenchendo espaços deixados em branco pelos copistas em diversos momentos da reprodução do «cancioneiro», como já anotara Carolina Michaëlis <sup>24</sup>. O certo é que não dispomos de elementos para localizar as poesias dionisinas em termos cronológicos; por exemplo, não podemos dizer se só poetou na fase em que ainda não havia sido coroado, embora tivesse já casa própria, ou se continuou a fazê-lo depois.

A observação do acervo poético de D. Dinis revela-nos um poeta que se move com à vontade nas diversas possibilidades que a escola poética galego-portuguesa podia oferecer; basta notar que das sete *pastorelas* conservadas, três são dele <sup>25</sup>. Estas composições são um exemplo dessa busca da demonstração das potencialidades do discurso em verso nos moldes galego-portugueses, cuja prática D. Dinis parece querer exemplificar, como forma da dignidade da cultura cortês. Com isto devemos relacionar o facto de terem sido D. Dinis e alguns poetas do seu tempo os principais cultivadores de um tipo de *cantiga de amigo*

<sup>22</sup> OLIVEIRA (1988), p. 691.

<sup>23</sup> LANG (1894), p. 65; TAVANI (1988), «Sobre a atribuição a D. Dinis e a Juião Bolseiro de duas canções tardias», p. 317s. Cfr., no entanto, DIOGO (1988-89), p. 215s.

<sup>24</sup> TAVANI (1980), p. 33s.

<sup>25</sup> E se bem que editores modernos tenham a tendência a inclui-las no grupo das *cantigas de amigo*, a verdade é que, iniciando-se o seu discurso narrativo na voz masculina, tanto CBN como CV inseriram-nas nas *cantigas de amor*, certamente porque também desse modo estavam agrupadas no cancioneiro individual do rei.



construída segundo um esquema repetitivo de estrofes em número par, utilizando o refrão e o processo do *leixapren*, produzindo um efeito de simplicidade e de sugestão primitiva bastante grande. Sucede que a *cantiga de amigo* não tinha sido um género privilegiado pelos trovadores da primeira geração e que as de «paralelismo literal» são em pequena quantidade (cerca de meia centena), cultivadas sobretudo nos tempos dionisinos, que são já tempos de fim da escola poética galego-portuguesa.

Estes factos devem levar-nos a acolher com alguma prudência o significado que as cantigas de «paralelismo literal» possam ter para o problema das origens da poesia galego-portuguesa, sobretudo nas suas relações com a tradição poética andaluza das *muwashahats* moçárabes com *kharya* final <sup>26</sup>. Se atendermos ao facto de que D. Dinis é um dos trovadores que mais utilizou este tipo de composições, num período já final da poesia galego-portuguesa, será mais acertado olhar para esta sua orientação como um sinal da revalorização do canto lírico profano endereçado a um auditório que o rei identificava com a sua própria corte. Aliás se atendermos à hipótese, muito provável, recentemente defendida de que, na base das duas cópias feitas em Itália do «cancioneiro galego-português», se encontra um cancionário de jograis e trovadores galegos <sup>27</sup>, que poderão ter promovido de forma mais intensa o cultivo da *cantiga de amigo* nos tempos que precederam de forma imediata D. Dinis, então teremos talvez o indício de que a actividade poética deste rei esteve também marcada pela ocidentalização geográfica da poesia galego-portuguesa <sup>28</sup>.

No entanto o problema literário é mais complexo, visto que, mesmo no que respeita às composições de «paralelismo literal», de aparência mais «autóctone», vamos encontrar as marcas da poesia cortês occitânica. É o que sucede com a *cantiga de amigo* mais conhecida de D. Dinis, «Ay flores, ay flores do verde pino», que, como já foi posto em evidência, se baseia na tradição poética provençal, através de uma reinterpretação paraetimológica de uma expressão occitânica <sup>29</sup>. Na verdade, D. Dinis estava ciente da matriz provençal do canto lírico, bem conhecido do seu ambiente cortês <sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Cfr. TAVANI (1980), p. 83s.

<sup>27</sup> OLIVEIRA (1989), p. 7s.

<sup>28</sup> Sobre as questões da geografia da poesia galego-portuguesa, cfr. FERRARI et alii (1982), p. 191s.

<sup>29</sup> RONCAGLIA (1984), p. 1s.

<sup>30</sup> SHEILA (1990), p. 132s.

Duas composições suas de *amor* manifestam a concepção de que, apesar do modelo provençal ser imperante, alguma especificidade devia marcar a produção da corte portuguesa. Uma delas, «Quer' eu en maneyra de proença / fazer agora hun cantar d'amor»<sup>31</sup>, abre com a afirmação explícita de uma vontade régia, que parece transferir para a peça poética uma vontade semelhante à que evidenciava através dos diplomas da sua chancelaria. A outra, «Proençaes soen mui ben trobar»<sup>32</sup>, equaciona os traços mais vulgarizados da poesia amatória occitânica para afirmar a individualidade que o rei-trovador julgava necessário afirmar quanto à que ele, no fundo, gostaria de ver praticada pelos trovadores da sua corte. Não é, pois, inverosímil que no monarca português existisse uma consciência agudizada da necessidade de renovar o canto lírico da corte.

Por outro lado, D. Dinis é um daqueles poetas que reflecte a progressiva contaminação entre os géneros galego-portugueses, que se traduziu no esbatimento progressivo das fronteiras entre eles, no plano temático e das estratégias do discurso, no sentido de uma cada vez mais evidente complementaridade, que em parte talvez explique a opção da «arte de trovar» de CBN em distinguir as modalidades poéticas com base em critérios enunciativos e não temáticos. Uma *cantiga de amigo* de D. Dinis é bem sintomática desta situação:

«Amad' e meu amigo  
valha Deus!  
vede la frol do pinho  
e guisade d'andar»<sup>33</sup>.

Esta poesia explora o defraudamento da expectativa inerente à *cantiga de amigo*, onde não seria esperável que a mulher estimulasse o *amigo* à partida, de uma forma tão irónica, em registo que supõe o reverso da *invitatio amicae* que caracteriza várias poesias na voz masculina tanto em língua vulgar como em latim medieval<sup>34</sup>.

Deste modo, poder-se-ia dizer que D. Dinis concebeu a actividade trovadoresca como uma forma de dignificar a corte — em particular a corte régia —, fazendo cultivar e cultivando ele mesmo de forma extensiva um modelo de poesia que as cortes régias acolheram em meados

<sup>31</sup> NUNES (1982), LXIX.

<sup>32</sup> NUNES (1972), LXXIII.

<sup>33</sup> ASENSIO (1970), p. 36.

<sup>34</sup> GARCÍA-VILLOSLADA (1975), p. 209s.

do séc. XIII, já que, numa primeira fase, essa poesia circulara sobretudo por cortes senhoriais. E essa era a tendência, bem patente na «pergunta» e «resposta» que constituem as célebres *Supplicatio* de Guiraut Riquier e *Declaratio* de Afonso X, precisamente sobre a distinção entre *jogral* e *trovador*, que na parte final do séc. XIII parecia assumir maior acuidade <sup>35</sup>.

Em termos temáticos e de conteúdos significativos, a *cantiga de amor* de D. Dinis revela uma tendência para hiperbolizar a imagem do sofrimento e da infelicidade causados pela maneira como a *senhor* se comporta para com o poeta no jogo do amor <sup>36</sup>. Por exemplo, é muito elevada a frequência dos lexemas nominais ou verbais ligados a 'morte' e a 'morrer', como paradigma do limite do sofrimento suportável. Parte dessa problemática passa pela oposição dialéctica entre 'bem' e 'mal', mas instala-se num domínio semântico preenchido por um léxico especializado na área da dor e do sofrimento. Frequentemente nas *cantigas de amor* o verbo «morrer» atrai, em posição de rima e portanto numa sintaxe mais semântica do que frásica, os verbos «padecer» e «sofrer», numa *ars combinatoria* que tem de se articular com o par de assonâncias «trobar/amar», que, no fundo, representa o núcleo semântico essencial desta poesia <sup>37</sup>.

Embora nada saibamos da maneira como foi organizado o «cancioneiro» dionisino e por conseguinte não possamos arquitectar interpretações, vale a pena anotar que nas primeiras 75 *cantigas de amor*, segundo a disposição que têm nos dois apógrafos italianos, a evocação da 'morte', reforçada aliás pela ideia do 'elouquecimento' amoroso, se encontra utilizada aí de forma quase constante; quanto ao tópico da perda do sono por parte do amador, imagem já aproveitada por outros trovadores anteriores, surge-nos praticamente só no último terço dessas cantigas, o que parece denunciar um menor interesse por ele. Mais um outro ponto: nos trovadores da primeira geração é muito frequente o poeta apelar para a opinião de um auditório, identificado normalmente por «amigos» ou por «vós» (não dirigido à dona), junto de quem solicita *conselho* <sup>38</sup>. Ora em D. Dinis o apelo ao *conselho* de

<sup>35</sup> BERTOLUCCI-PIZZORUSSO (1966), p. 20s.

<sup>36</sup> Cfr. PELLEGRINI (1959), «Don Denis», p. 101s.

<sup>37</sup> Poder-se-ia sublinhar, com ZUMTHOR (1975), «Fratrasie, fatrassiers», p. 69-70, que nos encontramos já diante do «*état littéraire*» da utilização da língua vulgar em termos de arte literária.

<sup>38</sup> Sobre o jogo do equívoco *conselho/concelho* em Afonso X, cfr. SHEILA (1990), p. 130.

outros é raro nas suas poesias de amor, embora ocorra com alguma frequência nas *cantigas de amigo*, onde o diálogo entre a *madre* e a *filha* facilitava situações deste tipo.

Também no caso das *cantigas de amigo* verificamos alguma diferença em relação aos trovadores mais antigos. Nestes era frequente o tema da fidelidade do *amigo* e do seu respeito pelas promessas feitas, aspecto que se reflectia no emprego de termos como «treedor», «desleal», «perjurado»; em D. Dinis, porém, a sua ocorrência é pouco significativa. O rei interessa-se mais pelo tratamento de aspectos relacionados com as dimensões psicológico-sentimentais do processo amoroso, preferindo tópicos como a *morte* e a confissão da insónia pela donzela motivada pela ausência do *amigo*. Devemos no entanto ter em consideração que, face à *cantiga de amor*, a *cantiga de amigo* oferecia a particularidade de acolher alguma narrativa, que por sua vez favorecia uma teatralização da temática, resultante de situações em discurso directo dialogado. D. Dinis não deixa de explorar essa dimensão, nomeadamente nas *cantigas* de «paralelismo literal» e nas *pastorelas*, onde a estratégia narrativa é básica para enquadrar a disputa entre o cavaleiro e a donzela <sup>39</sup>.

No entanto, o género que mais decididamente favorecia a narração de casos ou sucessos exploráveis numa dimensão satírica e cômica era a *cantiga de escárnio e maldizer*. Quanto a isto convém assinalar uma distinção entre D. Dinis e Afonso X. Uma investigadora americana levou a cabo um estudo sobre o rei português face à herança alfonsina, visível sobretudo na *cantiga de amor*, onde é possível detectar situações de imitação por parte de D. Dinis <sup>40</sup>. Mas para as *cantigas de amigo* tal trabalho não seria possível, já que Afonso X deixou uma única *cantiga de amigo* <sup>41</sup>. A hipótese poderia colocar-se a propósito da poesia satírica, se não existisse uma clara diferença entre o neto e o avô neste domínio. É que enquanto em Afonso X existe a ideia de que a poesia satírica de corte podia ser usada como exemplificadora de comportamentos ideologicamente condenáveis, como era o caso da traição dos alcaides que desertaram de D. Sancho II ou da quebra dos laços de vassalagem <sup>42</sup> — tudo assuntos demasiado importantes para justificar inclusivamente a conservação desta poesia e a sua inserção no «cancioneiro geral» —, em D. Dinis verificamos que o discurso em verso

<sup>39</sup> TAVANI (1961), p. 47.

<sup>40</sup> SHEILA (1990), p. 123s.

<sup>41</sup> PELLEGRINI (1959), «Sancio I o Alfonso X?», p. 78s.

<sup>42</sup> MATTOSO (1987), p. 83-84.

de intenção satírica não é posto ao serviço de finalidades deste género. As suas dez *cantigas de escárnio* não incidem sobre temas de significado político, nem incluem o vocabulário obsceno que fora cultivado com a vontade pelos trovadores da corte de seu avô. Talvez se deva considerar que esta situação denota um desactivamento da capacidade de intervenção directa que era reconhecida à poesia no período áureo das cortes afonsinas, mas já menos interessante para D. Dinis e seus dois filhos trovadores, os bastardos D. Afonso Sanches e o Conde D. Pedro, dois dos últimos poetas galego-portugueses representados nos cancioneiros. O mesmo se pode anotar acerca de um outro poeta da época terminal, Estêvão da Guarda, homem de origem aragonesa <sup>43</sup> e autor de cerca de trinta composições satíricas, mas onde só em duas ocasiões ocorre léxico obsceno <sup>44</sup>. Convém no entanto não retirar conclusões apressadas desta situação, visto que o léxico usado em muitas poesias satíricas e as referências culturais que implicavam conduziam muitas vezes os ouvintes para a decifração de uma linguagem erótica baseada no equívoco <sup>45</sup>.

Mas os sinais de busca de uma renovação da poesia cortês não se limitam aos apontados em cima. D. Dinis deixa transparecer uma concepção mais geral da cultura cortês, quando faz apelo à competência dos seus ouvintes no domínio da matéria da narrativa de cavalaria, citando por exemplo nomes de figuras dessa literatura de ficção erótico-guerreira <sup>46</sup>, como Brancaflor, Flores, Tristam e Isolda, o que constitui uma atitude rara nos trovadores galego-portugueses <sup>47</sup>, mas existente em Afonso X <sup>48</sup>. E poderíamos também incluir nesta faceta renovadora o aproveitamento de um léxico conotado com a ideia de sofrimento, mas orientado para zonas de significado já um pouco diferentes das que normalmente exploravam os primeiros poetas: por exemplo *pecado*, *pecador*, *perdiçom*.

---

<sup>43</sup> Estêvão da Guarda desempenhou funções no tempo de D. Dinis que manifestam a evolução dos ofícios junto do rei num sentido que se tornará claro no séc. XIV; cfr. HOMEM (1987), p. 195s.

<sup>44</sup> Aliás, na cantiga «Pois que te preças d'aver sen comprido», dirigida a Fernan Chancon, Estêvão da Guarda considera que o bom trovar consiste em evitar «palavras torpes e d'oufana» (LAPA, 109).

<sup>45</sup> GONÇALVES (1991), p. 37s.

<sup>46</sup> FRAPPIER (1973), «Amour courtois», p. 33s.

<sup>47</sup> O mesmo em Estêvão da Guarda, na cantiga «Com' aveeo a Merlin de morrer» (LAPA, 123).

<sup>48</sup> SHEILA (1990), p. 133.

Se a poesia cortês traduzia o prestígio de uma corte, a vontade do rei tendia a tornar-se cada vez mais um factor determinante da política do Reino, ainda que, no fundo, o monarca o interpretasse como senhorio seu. A política é feita de um jogo em que entram reacções face ao passado, em articulação com projectos que envolvem o futuro, na medida em que os dados daquele servem para legitimar o presente e até justificar os planos para o futuro. Para tal é necessário não só registar a memória dos sucessos importantes do passado como ainda equacioná-los em função de um porto de vista de que se possam tirar proveitos. Na história medieval portuguesa o expoente máximo de tal preocupação foi certamente a iniciativa de D. Duarte de encarregar o tabelião Fernão Lopes de organizar a *crónica* dos reis de Portugal, a partir do trabalho historiográfico anterior, como testemunha a *Crónica de 1419*.

Sucede que as origens desta iniciativa radicam cerca de cem anos antes, no tempo de D. Dinis, com os *livros de linhagens*, peculiares da historiografia portuguesa, e com as *crónicas*, se bem que o contributo mais importante para início da historiografia do reino pertença a seu filho, o Conde de Barcelos, D. Pedro <sup>49</sup>, hoje considerado como autor da *Crónica Geral de Espanha de 1344* <sup>50</sup>. Nesse quadro ganha significado a tradução para português, pouco antes de 1315, da *Crónica do Mouro Rasis* pelo clérigo Gil Peres, a qual viria a ser integrada na tradição cronística posterior. Ora não devemos esquecer o papel fundamental que as traduções desempenharam no desenvolvimento do uso da língua vulgar em prosa <sup>51</sup>. Basta lembrar que vários foram os textos de natureza historiográfica traduzidos para galego-português, por iniciativa real ou privada, a partir dos tempos dionisinos; ou então a versão de um texto francês da *Demanda do Santo Graal*, com certeza em tempos de D. Afonso III.

Não podemos, porém, comparar a dimensão do trabalho de tradução e de organização de textos em prosa narrativa historiográfica realizado por Afonso X de Castela com o de D. Dinis. Mas podemos observar o seguinte: ambos os monarcas promotores da prosa narrativa sobre o passado dos seus reinos foram também ambos monarcas cuja linha política se orientou no sentido de buscar o fortalecimento do poder régio, mesmo à custa da oposição desenfreada de parte da nobreza.

<sup>49</sup> Casado com a neta de uma das famílias mais poderosas e influentes ao longo do séc. XII, os Sousa.

<sup>50</sup> CINTRA (1961), p. XCVs.

<sup>51</sup> GARCÍA YEBRA (1981), p. 7s.

Neste quadro, traduções como a da *Crónica do Mouro Rasis* valem pelo que significam: a entrada do reino português no movimento historiográfico peninsular em língua vulgar, do qual se mantivera afastado até então<sup>52</sup>. De facto, entre nós a historiografia cronística permanecera alheia à tradição cronística asturo-leonesa, arquitectada em torno de um esquema de notícia relativa a cada rei, seu reinado e descendência, do tipo do *Liber Regum* aragonês<sup>53</sup>, mas em que também se incluía a tese neo-isidoriana de que a história dos novos reinos da Reconquista entroncava na dinastia dos últimos reis godos<sup>54</sup>.

Trata-se de um modelo que a historiografia alfonsina adoptara e que provinha da historiografia peninsular em latim do séc. XIII, mas que era desconhecida do lado português. Ora quando, no tempo de D. Dinis, começamos a assistir aos primeiros ensaios de organização de uma historiografia portuguesa, em que será integrada a narrativa lendária sobre D. Afonso Henriques, estamos, no fundo a assistir a um sinal da modernização do modo de pensar o Reino na individualidade do seu passado e na diferença específica face aos seus vizinhos. Uma das peças fundamentais deste movimento é a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, uma refundição da chamada *Primeira Variante da Primeira Crónica Geral de Espanha*, a qual foi certamente organizada com base nas fontes que D. Pedro pôde reunir. Por outras palavras, também a historiografia cronística participa da imagem de um Reino que começa a ser pensado em termos de Estado.

A historiografia implicava a utilização da língua vulgar em situações diversas das que eram próprias do canto lírico e da narrativa épica versificada<sup>55</sup>. Isto implicava uma atenção ao problema da língua, sobretudo no que dizia respeito ao modo de a fixar por escrito, isto é, de forma o mais possível definitiva e válida para o futuro, como aliás competia à vontade do rei. Daí que uma das questões mais importantes a solucionar consistisse na ortografia. Ora já em tempos de D. Afonso III, por volta de 1260-1265, se observa uma mudança nas práticas ortográficas da chancelaria régia, que equivalem a uma autêntica reforma da ortografia, à imagem da que se fazia então no domínio do castelhano por influência de Afonso X<sup>56</sup>. Isto traduz

---

<sup>52</sup> CATALAN (1970), p. XXI. Sobre a historiografia alfonsina, vid. também FRANCISCO RICO (1972), p. 13s.

<sup>53</sup> Cfr. CATALAN (1962), p. 205s.

<sup>54</sup> CATALAN (1970), p. XXXIs.

<sup>55</sup> MIRANDA (1985), p. 105s.

<sup>56</sup> CINTRA (1963), p. 40s.; FERREIRA (1983), p. 36.

a atenção à língua escrita como um dos traços da concepção do Estado cada vez mais identificado com a vontade política do rei.

É nesse sentido também que vale a pena evocar a instituição da Universidade portuguesa por D. Dinis.

A criação de uns «Estudos Gerais» foi dinamizada com a participação activa de membros do clero e teve lugar em 1290. O modelo seguido foi o de Federico II e de Afonso X e as necessidades evocadas para justificação eram as mesmas: preparação de pessoas para o desempenho de funções de Estado, que a complexidade crescente da administração impunha. De facto, o modelo da Universidade de Nápoles, submetida à tutela forte de Federico II, pode ter ajudado a conceber uma intervenção semelhante por parte do monarca português. Mas o modelo bem mais próximo da Universidade de Salamanca, que seu avô Afonso X filha favorecido com largos privilégios em 1254, deve ter estado subjacente ao projecto português de instituição de uns Estudos Gerais, inicialmente em Lisboa, mas logo de seguida obrigados a uma errância que só viria a terminar em 1537, no reinado de D. João III. Federico II, Afonso X e D. Dinis coincidiam nas suas estratégias de criação de «estudos gerais» quanto à ideia de que a individualidade do Reino não dependia só das armas, mas também das leis, o que deixa claro o motivo mais poderoso que orientava estes monarcas. Curiosamente, são estes três monarcas que se mostram, ao longo do séc. XIII da Europa mediterrânica, os mais empenhados na afirmação do poder régio, orientado para uma administração cada vez mais forte e directamente deles dependente.

D. Dinis não deixou um conjunto de escritos de natureza teórica e programática como Afonso X, o Sábio. No entanto, é bem visível que, para além da similitude dos problemas que teve de enfrentar, as soluções que encontrou se podem dizer marcadas pela doutrina do seu avô materno.

Tal manifesta-se através de outros sintomas, sobre os quais só mais recentemente se tem fixado a atenção dos investigadores. Se é certo que pouco sabemos de uma especialização das funções administrativas relativas aos tempos anteriores a D. Afonso IV, a verdade é que no reinado de D. Dinis se notam já indícios de mudanças que exteriorizam a vontade de o rei pretender alcançar uma dependência cada vez menor em relação à fidalguia na gestão dos assuntos públicos<sup>57</sup>. Por exemplo, se no final do reinado dionisino o número de letrados

---

<sup>57</sup> HOMEM (1990), p. 209-210.



entre os desembargadores régios era ainda pequeno, ele vai crescer cada vez mais até ao final de 1350, no fundo em consequência da tutela crescente do rei sobre a gestão dos assuntos do Reino. Aliás, se D. Dinis ainda não alterou de forma significativa os cargos herdados do tempo de seu pai D. Afonso III<sup>58</sup>, manifesta já uma enorme preocupação em tomar para si a administração dos direitos régios. E sinal disso são as sucessivas inquirições que fez realizar nas regiões orientais do Reino, Trás-os-Montes e Beiras, que incomodaram uma nobreza ciosa de direitos tradicionais. Mas um dos sinais de que o rei procura ser o responsável pela integridade do território do seu Reino, como principal garante da sua segurança, reside na atenção que concedeu à defesa da fronteira terrestre com Castela, mediante obras de reconstrução e de renovação de muitas fortificações. E no domínio da fronteira marítima convém não esquecer a constituição de uma armada, com a ajuda de um perito de origem genovesa. Há, todavia, um pormenor que merece destaque: a atenção concedida a aspectos da urbanização da cidade de Lisboa, onde «fez ha rua nova»<sup>59</sup>. Ora não esqueçamos que, meio século depois, Lisboa será o centro nevrálgico da primeira manifestação do reino como Estado e não exclusivamente como domínio de um senhor...

Estas iniciativas, olhadas à distância dos séculos, mostram D. Dinis como um monarca de visão política moderna para o seu tempo, com uma clara percepção dos interesses do Reino como individualidade política, populacional e social tendencialmente independente frente ao grande reino peninsular que se estava a formar em Castela. Porém o monarca aparece-nos ainda, nessa passagem do séc. XIII para o séc. XIV, como um *senhor* que, fundamentalmente, procura afirmar-se acima dos restantes potentes senhoriais. A unidade da *natio* e do seu território e a identidade da língua fizeram parte dessa concepção.

Todavia, a aristocracia não perdoou a D. Dinis; no texto da *IV Crónica Breve de Coimbra*, redigida pouco depois de 1340 e que parece ser um fragmento de uma rudimentar *Crónica da Espanha e*

---

<sup>58</sup> HOMEM (1990), p. 210. A autoridade régia manifesta-se claramente no facto de os actos do monarca não necessitarem, nos diplomas, da lista enorme de *confirmantes e testemunhas*, como sucedia em tempos anteriores, o que denuncia uma emancipação da vontade do rei em relação à aristocracia que tradicionalmente queria envolver os actos régios com a sua própria presença e autoridade.

<sup>59</sup> PINA (1977), p. 312; deve anotar-se que, na longa lista de iniciativas de D. Dinis relativas a obras em terras do Reino, a única de natureza urbanística é esta.

*de Portugal* que um cronista do séc. XVI, Acenheiro, ainda consultou, e que correspondia com certeza a uma primeira tentativa de D. Pedro na escrita da sua obra, verifica-se que o reinado de D. Dinis fica limitado a um texto curto e sem quaisquer traços enaltecedores...

## BIBLIOGRAFIA

- ASENSIO, E. (1970) — *Poética y Realidad en el Cancionero Peninsular de la Edad Media*, 2.<sup>a</sup> ed., Madrid, Gredos, 1970.
- BERTOLUCCI-PIZZORUSSO, B. (1966) — «La Supplica di Guiraut Riquier e la Riposta di Alfonso X di Castiglia», *Studi Mediolatini e Volgari*, XIV, Bolonha, 1966, p. 9s.
- CASTRO, I. (1983) — «Sobre a Data da Introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata», *Boletim de Filologia*, XXVIII, Lisboa, 1983, p. 81s.
- CATALAN, D. (1970) — *Edición Crítica del Texto Español de la «Crónica de 1344» que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, por Diego Catalán y María Soledad de Andrés, Madrid, Gredos, 1970, p. XV s.
- Idem* (1962) — *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962.
- CINTRA, L. F. L. (1961) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Edição crítica, I, Lisboa, IN-CM, 1961.
- Idem* (1963) — «Observations sur l'Orthographe et la Langue de quelques Textes non Littéraires Galiciens-Portugais de la seconde moitié du XIII<sup>e</sup> Siècle», *Revue de Linguistique Romane*, 27, Paris, 1963, p. 59s.
- D. DUARTE (1982) — *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Edição diplomática, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.
- DIOGO, A. A. L. (1988-89) — «D. Dinis e alguns problemas da Lírica Galego-Portuguesa», *Diacrítica*, 3-4, Braga, 1988-89, p. 215s.
- FERRARI, A. (1979) — «Formazione e Struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbonna (Cod. 10991 Colocci-Brancuti)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, 1979, p. 27s.
- FERRARI, A., GONÇALVES, E., RAMOS, M. A. (1982) — «Geografia da Lírica Galego-Portuguesa», *Tradición, Actualidade e Futuro do Galego*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1982, p. 191s.
- FERREIRA, J. A. (1983) — «As Relações Culturais Luso-francesas durante a Idade Média», *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p. 29s.
- FRANCISCO RICO (1972) — *Alfonso el sabio y la «General estoria»*, Barcelona, Ariel, 1972.
- FRAPPIER, J. (1973) — *Amour Courtois et Table Ronde*, Genebra, Lib. Droz, 1973.

- GARCÍA YEBRA, V. (1981) — «La Traducción en el Nacimiento y Desarrollo de las Literaturas», 1616. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, IV, Madrid, 1981, p. 7s.
- GARCÍA-VILLOSLADA, R. (1975) — *La Poesía Rítmica de los Goliardos Medievales*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1975.
- HOMEM, A. C. (1990) — *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-CHUP, 1990.
- Idem* (1987) — «Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda (1299-1325)», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, INIC, 1987, p. 195s.
- LANG, H. R. (1894) — *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, Halle, Max Niemeyer, 1894.
- LAPA, M. R. (1970) — *Cantigas d' Escarinho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, Edição crítica, 2.<sup>a</sup> ed., Vigo, 1970.
- LEÃO, D. N. de (1975) — *Crônicas dos Reis de Portugal*, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975, *Chronica del Rei Dom Dinis*, p. 191s.
- GONÇALVES, E. (1991) — *Poesia de Rei. Três Notas Dionisinas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- MARQUES, A. H. O. (1987) — «As Relações Diplomáticas», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, INIC, 1987, p. 39s.
- MATTOSO, J. (1985) — *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, IN-CM 1985.
- Idem* (1987) — *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- MIRANDA, J. C. R. (1985) — «O Discurso Poético de Bernal de Bonaval», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, I, Porto, 1985, p. 105s.
- NUNES, J. J. (1972) — *Cantigas d' Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*, Edição crítica, [2.<sup>a</sup> ed.], Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- Idem* (1973) — *Cantigas d' Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, Edição crítica [2.<sup>a</sup> ed.], II, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973.
- OLIVEIRA, A. R. (1988) — «Do Cancioneiro da Ajuda ao «Livro das Cantigas» do Conde D. Pedro. Análise do acrescento à secção das cantigas de amigo de ω», *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, 1988, p. 691s.
- Idem* (1989) — «A Galiza e a Cultura Trovadoresca Peninsular», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, p. 7s.
- Idem* (1987) — «A Cultura Trovadoresca no Ocidente Peninsular: Trovadores e Jograis Galegos», *Biblos*, LXIII, Coimbra, 1987, p. 1s.
- PELLEGRINI, S. (1959) — *Studi su Trove e Trovatori della Prima Lirica Ispano-Portoghese*, 2.<sup>a</sup> ed., Bari, Adriatica Editrice, 1959.
- PINA, R. (1977) — *Crônicas de Rui de Pina*, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, *Chronica de D. Diniz*, p. 209s.
- RONCAGLIA, A. (1984) — «Ay flores, ay flores do verde pino!», *Boletim de Filologia*, XXIX, Lisboa, 1984, p. 1s.
- SERRÃO, V. (1977) — *História de Portugal*, I (1080-1415), Lisboa, Verbo, 1977.

- SHARRER, H. L. (1991) — «Fragmentos de *Sete Cantigas d'Amor* de D. Dinis, Musicadas — Uma Descoberta», *Actas do Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, I, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 13s.
- SHEILA, A. (1990) — *King Dinis of Portugal and the Alfonsine Heritage*, Nova Iorque, Peter Lang, 1990.
- TAVANI, G. (1961) — «Spunti narrativi e drammatici nel Canzoniere di Joam Nunes Camanês», *Annali dell' Istituto Orientale di Napoli*, II, Nápoles, 1961, p. 47.
- Idem* (1980) — «La Poesia Lirica Galego-portoghese», *Grundriss der romanischen Literaturen des Mittelalters*, 2-1, «Les Genres Lyriques», Heidelberg, Carl Winter, 1980, p. 5s.
- Idem* (1988) — *Ensaio Portugueses. Filologia e Literatura*, Lisboa, IN-CM, 1988.
- ZUMTHOR, P. (1975) — *Langue, texte, énigme*, Paris, Seuil, 1975.